



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2021

DETERMINANTES SOCIODEMOGRÁFICOS, REPRODUTIVOS E PSICOLÓGICOS ASSOCIADOS AO INÍCIO E MANUTENÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

**Amoryaana Araújo Almeida Dourado; Silvia da Silva Santos Passos²; Karine
Emanuelle Peixoto de Souza³ e Marialda Moreira Christoffel⁴**

1. Bolsista PROBIC, Graduando em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: amory_love12@hotmail.com
2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ssspassos@uefs.br
3. Participante do projeto, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: kepsouza@uefs.br
4. Coordenadora geral do projeto, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: marialdanit@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: aleitamento materno; aleitamento materno exclusivo;
amamentação.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno exclusivo nada mais é do que a prática alimentar do leite materno as crianças até os seis meses de idade, onde presenciamos a promoção e a garantia da saúde tanto da criança quanto da mãe. Para uma parte da população, existem dúvidas e descrenças que o leite não fornece todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento e hidratação, porém é descartado até mesmo a oferta de água para as crianças até os seis meses de vida. Portanto, a introdução precoce de outros alimentos precocemente antes dos seis meses não oferece vantagens, e apresenta maior chance de ser prejudicial à saúde da criança trazendo conseqüências como: um maior número de episódios de diarreia, hospitalizações por doença respiratória, risco de desnutrição quando os alimentos introduzidos forem nutricionalmente inferiores ao leite materno, a exemplo da oferta de alimentos muito diluídos, menor absorção de nutrientes importantes presentes no leite materno, como o ferro e o zinco, menor eficácia da lactação como método anticoncepcional, resultando em uma menor duração do aleitamento materno.

É importante ressaltar, o quanto é fundamental a ingestão do leite humano na infância, cujos resultados acompanham o indivíduo por toda vida, os efeitos são benéficamente positivos. Os efeitos para a criança podem ser subdivididos em efeitos de curto, médio e longo prazo que compõem os seguintes aspectos: melhor nutrição e crescimento ponderoestatural; redução da mortalidade infantil; redução da morbidade por diarreia; redução da morbidade por infecção respiratória; redução de alergias; redução de doenças crônicas não transmissíveis na vida adulta; melhor desenvolvimento intelectual e relacionamento interpessoal; e melhor desenvolvimento da cavidade bucal.

Tendo em vista que os benefícios na promoção à saúde não são exclusivamente favoráveis às crianças, mas também às mães em lactação, o incentivo à amamentação deve levar em conta os benefícios gerados para a mulher. Diminuem as chances de riscos a diversas patologias, através da prática da amamentação, inclusive: proteção contra o câncer de mama, ovário e corpo uterino, proteção contra diabetes mellitus e gestacional, perda de

peso e proteção contra o aparecimento de anemia no período puerperal. Em relação aos benefícios, obviamente o aleitamento materno exclusivo para uma família não vai significar gastos financeiros.

Assim, o desmame precoce tem ocorrido cada vez mais, devido a fatores como retorno ao trabalho, ausência de garantias e medidas de proteção, sendo consequência e resultado de diversos fatores socioculturais.

Os profissionais e as equipes de Saúde da Família podem estabelecer estratégias para sensibilizar e avaliar sua prática profissional, pensando na integralidade e interdisciplinaridade do cuidado e, ao mesmo tempo, ajudar a família a adotar os dez passos para uma alimentação saudável (REIS JUNIOR, 2008).

METODOLOGIA

Esse estudo corresponde a uma revisão integrativa da literatura, referente aos determinantes sociodemográficos, reprodutivos e psicológicos associados com o início e manutenção do Aleitamento Materno Exclusivo após o parto, através das evidências científicas produzidas por estudos publicados a partir de 2016. Esse tipo de estudo percorre etapas distintas, são elas: elaboração da pergunta norteadora, estabelecimentos de descritores e dos critérios de inclusão e exclusão de artigos, seleção de artigos, categorização dos estudos, definição das informações a serem extraídas dos artigos revisados, análise e discussão evidenciado pelos trabalhos analisados (MOREIRA et al., 2015).

A busca online das produções foi realizada no período de março a junho de 2021, sendo utilizadas as bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Em cada base de dados foram pesquisados os seguintes descritores: “Aleitamento Materno Exclusivo AND determinantes de saúde, totalizando 13 artigos e “Aleitamento materno Exclusivo AND saúde da criança” totalizando 251 artigos. Em seguida, definiram-se os seguintes critérios de inclusão (filtros): artigos que possuíssem texto em versão completa, no idioma português, publicados entre os anos 2016 a 2021. Foram excluídas dissertações, teses, relatos de experiência, revisões de literatura e artigos que apareceram mais de uma vez na busca, totalizando 19 textos. Foi realizada a busca inicial pelos títulos dos artigos que respondiam aos descritores adotados e, posteriormente, foi realizada a leitura dos resumos, sendo selecionados os artigos que mencionavam fatores relacionados ao aleitamento materno exclusivo após o parto. Após a análise inicial, foi realizada a leitura na íntegra dos artigos para determinar os estudos a serem incluídos e posterior análise dos dados.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Foram encontrados 264 estudos primários, compondo a amostra inicial. Destes, 238 artigos foram excluídos por não se encaixarem aos critérios de inclusão definidos anteriormente à busca, além de serem excluídos 08 artigos devido a duplicidade. Após a aplicação dos critérios de exclusão, permaneceram no estudo 18 artigos.

Dos artigos listados, observou-se que 42,1% (n=8) tratam do aleitamento materno exclusivo, 21,1% (n=4) falam sobre aleitamento materno e da mesma forma sobre alimentação do lactente. As publicações foram mais frequentes nos anos de 2018 e de 2020 com 27,8% (n=5) cada um. Os artigos encontrados estavam distribuídos em 13 periódicos diferentes, sendo os mais frequentes o Caderno de Saúde Pública, Acta Paulista de Enfermagem, Revista de Enfermagem da UERJ, Revista Baiana de Enfermagem e Ciência e Saúde Coletiva com duas publicações cada. Além dos estudos multicêntricos (n=2), nenhuma das publicações abrangeu estudos realizados na região Centro-Oeste do Brasil e apenas 1 estudo foi realizado na região Norte.

Entre os fatores sóciodemográficos encontramos a maior parte dos achados das análises deste estudo, apresentando as políticas de licença maternidade e a realização de consultas de puericultura como um fator positivo e o retorno ao trabalho, como um fator negativo para o aleitamento materno exclusivo (ORTELAN, VENÂNCIO, BENÍCIO, 2019; BAIER, et al, 2020). Carvalho et al (2018) encontraram que a renda familiar, uso da chupeta, número de irmãos e peso ao nascer não demonstraram influência estatística sobre a manutenção do AME, enquanto Santos et al (2019) observaram que crianças do sexo masculino, uso de chupeta e mamadeira foram fatores associados ao menor tempo de Aleitamento Materno Exclusivo.

Para mães adolescentes as orientações de outras mães representaram motivos para a introdução de chá 30 dias pós parto, enquanto para as mães adultas apresentaram motivos relacionados à criança, bem como aos 90 dias pós-parto (MURARI et al, 2021). Corroborando com os achados de Lopes et al (2018), Moraes, E. et al (2020) e, Neves et al (2020) que encontraram a oferta de outros alimentos diferentes do LM com 1 mês pós-parto, e o consumo de vários grupos alimentares aos 3 e 4 meses de vida. De forma semelhante, Flores et al (2017) verificaram que o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de vida apresenta uma frequência muito baixa.

Conde et al (2017) refere a necessidade de novas estratégias de acolhimento e auxílio para que as mães adolescentes possam promover a continuidade do Aleitamento Materno Exclusivo até os 6 meses de vida. A inserção das famílias das crianças em programas sociais se associou com a maior frequência de AME até os seis meses de vida (BARBOSA; CONCEIÇÃO, 2019).

Outro fator apresentado é a valorização e o incentivo ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde (MELLO et al, 2017; SILVA et al., 2018; MORAIS, A. et al., 2020). Concordando com os achados de Schultz et al (2020), no qual as nutrizes que participaram do grupo de intervenção educativa aumentaram a autoeficácia da amamentação.

Ainda sobre a importância das ações educativas, Javorski et al (2018) referem que o uso de tecnologias embasadas na Teoria Social Cognitiva, podem apoiar ações educativas, ao contemplar a motivação individual e as fontes de construção de crenças maternas para amamentar.

São poucas as referências quanto aos fatores reprodutivos como a apresentada por Borges et al (2021) ao encontrar que o parto normal é um fator que predispõe ao aleitamento materno precoce juntamente com o contato pele a pele na sala de parto.

No referente aos fatores psicológicos, Carvalho et al (2018) encontraram a ausência da visita puerperal como fator negativo, enquanto Fazio et al (2018) trazem a presença paterna como suporte no aleitamento materno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aleitamento materno exclusivo apresenta os fatores sociodemográficos associados com o início e a sua manutenção como os mais frequentemente descritos na literatura científica. São poucos os artigos que referem a relação entre os fatores reprodutivos e psicológicos.

Os profissionais de saúde aparecem com grande importância na realização de intervenções educativas, no acolhimento e acompanhamento das puérperas e mães para aumentar a manutenção do aleitamento materno exclusivo e possibilitar um início com maior segurança pelas mães.

REFERÊNCIAS

BAIER, M.P. et al. Aleitamento materno até o sexto mês de vida em municípios da Rede Mãe Paranaense. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 28, 2020.

- BARBOSA, K. I. P.; DA CONCEIÇÃO, S. I. O. Fatores sociodemográficos maternos associados ao aleitamento materno exclusivo. **Revista Cuidarte**, v. 11, n. 1, p. e811, 2020.
- CARVALHO, M. J. L. DO N. et al. Primeira visita domiciliar puerperal: uma estratégia protetora do aleitamento materno exclusivo. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 36, n. 1, 2018.
- CONDE, R. G. et al. Autoeficácia na amamentação e duração do aleitamento materno exclusivo entre mães adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 4, 2017.
- E SILVA, L. L. A. et al. Prevalência do aleitamento materno exclusivo e fatores de risco. **Saúde e Pesquisa**, v. 11, n. 3, p. 527–534, 2018.
- FAZIO, I. A. et al. Alimentação e aleitamento materno exclusivo do recém-nascido: representação social do pai. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 26, 2018.
- FLORES, T. R. et al. Consumo de leite materno e fatores associados em crianças menores de dois anos: Pesquisa nacional de saúde, 2013. **Cadernos de Saude Publica**, v. 33, n. 11, 2017.
- JAVORSKI, M. et al. Efeitos de uma tecnologia educativa na autoeficácia para amamentar e na prática do aleitamento materno exclusivo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, n. 0, 2018.
- LOPES, W. C. et al. Alimentação de crianças nos primeiros dois anos de vida. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 36, n. 2, 2018.
- MELO, R. S. et al. Práticas de aleitamento materno exclusivo entre profissionais de saúde de um hospital amigo da criança. **Cogitare Enfermagem**, v. 22, n. 4, 2017.
- MORAIS, A. C.; GUIRARDI, S. N.; MIRANDA, J. D. O. F. Práticas de aleitamento materno em unidade de terapia intensiva neonatal. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, 2020.
- MORAIS, E. P. A. DE M. et al. **Avaliação do diagnóstico de enfermagem amamentação ineficaz em puérperas.**
- MOREIRA, M. A.; FLORES, M. A.; OLIVEIRA, L. R. (2015) Desafios curriculares e pedagógicos na formação de professores: Que professores para que currículo e para que alunos? In M. A. Flores; M. A. Moreira & L. R. Oliveira (Orgs.) Desafios curriculares e pedagógicos na Formação de Professores, Ramada: Pedagogo Editores, pp. 7-16.
- MURARI, C. P. C. et al. Introdução precoce da alimentação complementar infantil: comparando mães adolescentes e adultas. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 2021.
- NEVES, R. O. et al. A paridade pode influenciar na alimentação do lactente nos primeiros seis meses de vida? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 11, 2020.
- ORTELAN, N.; VENANCIO, S. I.; BENICIO, M. H. D. Determinantes do aleitamento materno exclusivo em lactentes menores de seis meses nascidos com baixo peso. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 8, 2019.
- PASSOS, L. S. DOS et al. Acompanhamento dos atendimentos de puérperas e recém-nascidos em um Banco de Leite Humano. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 2, 2020.
- PEREIRA, A. D. O. R. et al. Fatores que interferem na realização do aleitamento materno exclusivo. **Nursing (São Paulo)**, v. 24, n. 274, 2021.
- SANTOS, E. M. DOS et al. Avaliação do aleitamento materno em crianças até dois anos assistidas na atenção básica do Recife, Pernambuco, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, 2019.
- SCHULZ, S. M. et al. Influência da educação em saúde na autoeficácia em amamentar: estudo quase experimental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, 2020.
- SILVA, M. M. DA et al. Fatores que implicam no processo do contato precoce e aleitamento materno na sala de parto. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, 2020.
-